

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano II - nº 22 - Nov./2021 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573

MARIA MBUANDA CANECA GUNZA FRANCISCO

As manifestações comportamentais dos alunos devem sempre ser consideradas como uma representação social.



POIESIS

Danton Medrado
J. Witon
Manuel Francisco Neto

DESTAQUES

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Adelina Ursula Correia de Lima

IMPACTO DA DÍVIDA PÚBLICA NO PLANO NACIONAL DE ANGOLA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tavares dos Santos Muhongo



A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano II - nº 22 - Novembro de 2021 - ISSN 2675-2573

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andréia Fernandes de Souza

Isac dos Santos Pereira

Vilma Maria da Silva

Organização:

Andréia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS)

Adelina Ursula Correia de Lima

Cristiana Ferreira de Sousa Neves

Elida Eunice da Silva

Izilda Marques Bastos Trindade

Luzerlila Perestrelo Valente

Maria Celeste dos Viveiros Capongcol Vitangui

Rosemeire Santos de Deus Lopes

Tavares dos Santos Muhongo

Vanda de Lima Rodrigues

Vilma Maria da Silva

A

São Paulo
2021

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Denise Mak
Patrícia Tanganelli Lara
Thais Thomas Bovo
Veneranda Rocha de Carvalho

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adelson Batista Lins
Prof. Esp. Ana Paula de Lima
Prof. Me. Andreia Fernandes de Souza
Prof. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Prof. Me. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Prof. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Prof. Dra. Thais Thomas Bovo
Prof. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887
Whatsapp: (11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com
https://primeiraevolucao.com.br
São Paulo - SP - Brasil

netomanuefrancisco@gmail.com
Luanda - Angola

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Filiada à:



Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – n. 22 (nov. 2021). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2021.

86 p. : il. color
Bibliografia
Mensal
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.22>

www.primeiraevolucao.com.br

ÍNDICE

05 APRESENTAÇÃO

Profa. Andreia Fernandes de Souza

07 HOMENAGEM Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

COLUNAS

12 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

85 POIESIS

Danton Medrado

Manuel Francisco Neto

J. Wilton



ARTIGOS

★ 1. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
Adelina Ursula Correia de Lima	
2. A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	25
Cristiana Ferreira de Sousa Neves	
3. JOGOS E BRINCADEIRAS POPULARES NA PRIMEIRA INFÂNCIA	29
Elida Eunice da Silva	
4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	39
Izilda Marques Bastos Trindade	
5. AS ARTES E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	49
Luzerlila Perestrelo Valente	
6. O ABANDONO ESCOLAR NA ADOLESCÊNCIA	55
Maria Celeste dos Viveiros Capongcol Vitangui	
7. CONTRIBUIÇÕES DAS ARTES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA ESCOLAR	63
Rosemeire Santos de Deus Lopes	
★ 8. IMPACTO DA DÍVIDA PÚBLICA NO PLANO NACIONAL DE ANGOLA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	67
Tavares dos Santos Muhongo	
9. A PSICOPEDAGOGIA E PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	73
Vanda de Lima Rodrigues	
10. A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO E ESCUTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	79
Vílma Maria da Silva	

IMPACTO DA DÍVIDA PÚBLICA NO PLANO NACIONAL DE ANGOLA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

TAVARES DOS SANTOS MUHONGO

RESUMO: Esta pesquisa impacto da dívida pública na implementação do Plano Nacional de Intensificação da Educação de Jovens e Adultos na província do Uíge-Caso Município do Kimbele no período de 2019-2020 debruça-se sobre a análise do Combate ao Analfabetismo em Angola e o processo de alfabetização levado a cabo pelo Estado e os Parceiros Sociais com maior incidência no meio rural, traduzido em programa de governo desde 1975, consubstanciado na erradicação do analfabetismo e incorporado em Programas, Estratégias e Planos de Alfabetização do Estado, no contexto do Sistema de Educação. Para este caso, entre os anos 2019 à 2020. Os constrangimentos ao processo de alfabetização no meio rural têm sido analisados em três vertentes: do acesso à educação e alfabetização de jovens e adultos; dos professores e alfabetizadores, sua formação, recrutamento e fixação, e o da utilização da Língua Oficial e das Línguas Nacionais. A investigação teve por base uma metodologia do tipo qualitativo assente na recolha e análise bibliográfica e documental, constituindo um estudo interpretativo fruto de uma Revisão Bibliográfica Narrativa. Apesar de haver recursos alocados ao combate ao analfabetismo e à alfabetização de jovens e adultos é ainda desafiador, basta olharmos nos níveis dos indicadores recomendados internacionalmente nesta área. Portanto, a dívida pública teve impacto negativo na implementação do Plano de ação para Intensificação de educação de jovens e adultos, facto que teve incidência na desaceleração da marcha progressiva, que se foi registrando nos últimos anos, justificado pelo maior número de pessoas livres do analfabetismo literal, que gradualmente o país, a província e o município de Kimbele foi conquistando.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação. Desenvolvimento. Dívida Pública. Impacto. Jovens e adultos.

INTRODUÇÃO

Quaisquer países do mundo que alcançaram a excelência de vida, apostaram na educação e sobretudo, na erradicação do analfabetismo literal e funcional, empoderando as pessoas com capacidade oral, de leitura e escrita e produção de cálculos matemáticos, qualidades desejadas na educação, e declaradas internacionalmente como às necessárias para que o indivíduo seja livre do analfabetismo, passando a ser letrado.

O presente trabalho subordinado ao tema, Impacto da dívida pública na implementação do Plano Nacional de intensificação da educação de jovens e adultos na Província do Uíge-Caso Município do Kimbele, tem como enfoque a análise, da dívida pública, seu impacto na implementação deste plano, no período compreendido de 2019 a 2020.

Med (2012), O aumento de oportunidades educativas observado em Angola, após a conquista da Paz em Abril de 2002, propiciou o aumento significativo dos índices de escolarização da população. Este aumento conduziu à superação da situação de desvantagem em que se encontrava durante o conflito político-militar. No ano de 2000, a taxa de analfabetismo em Angola encontrava-se acima dos 50%. Era justificável, olhando no contexto político, social que o país atravessou depois da Independência, não obstante Angola ter definido um sistema de educação livre da matriz colonial, em 1975, que dava azo a lei 4/75, de 9 de Dezembro, Lei da nacionalização do ensino para todos angolanos.

Segundo CENSO POPULACIONAL ANGOLANO, (2014), efectuado nesse mesmo ano, a taxa geral de analfabetismo baixou significativamente para 34%. Na população adulta mais jovem, isto é, da população dos 15 aos 24 anos de idade, a taxa de analfabetismo é ainda mais baixa, situando-se nos 24%. Em 19 anos, Angola multiplicou por 3,6 o número de efectivos no Sistema Nacional de Educação anterior ao Subsistema de Educação do Ensino Superior ao passar de 2,5 milhões de alunos em 2002 para 9,9 milhões em 2019, (E.P, I SÉRIE – N.º 103 – DE 12 DE AGOSTO DE 2019);

O Plano de ação para a Intensificação da alfabetização e da educação de jovens adultos Eja-Angola 2019-2022, foi gizado pelo Ministério da Educação, enquanto Órgão Reitor das políticas educativas no país, com vista a gerar continuidade, dinamização e extensão para o nível secundário o programa de educação de jovens e adultos, nos termos da recuperação do atraso e aceleração escolares, visando o combate ao analfabetismo literal e funcional e seu preparo para a sua inserção à vida activa.

Após a conclusão da implementação do Plano Estratégico de Revitalização da Alfabetização — PERA 2012-2017 sustentado pelo Decreto Presidencial n.º 86/12, de 16 de Maio, e implementado na base do Plano de Nacional Desenvolvimento-PND 2012-2017, foi efectuado o seu balanço, bem como a sua avaliação. Tendo em conta os resultados obtidos, no quadro do novo exercício governativo para o Quinquénio 2018-2022, o Governo aprovou o Plano de Desenvolvimento Nacional — PDN 2018-2022, no qual dentre outras metas, estão estabelecidas as metas e definidos objectivos relativos ao combate ao analfabetismo e redução do atraso escolar entre a população jovem e adulta, com maior realce para as mulheres e as raparigas das zonas rurais.

Segundo o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO(2016, p.56) o subsistema de educação de adultos tem como vocação, tarefa e objectivos nucleares, a recuperação do atraso escolar através do desencadeamento de processos educativos formais, não-formais e informais nos domínios da erradicação do analfabetismo e consequentemente da elevação do nível educativo e instrutivo da população economicamente activa, constituindo a alfabetização e a Pós-Alfabetização a prioridade no contexto da universalização da educação básica obrigatória.

Tendo em conta que o País está engajado no processo de diversificação da economia, no combate à fome e à pobreza, na consolidação da paz e da democracia, e uma vez que os fenómenos analfabetismo e atraso escolar compromete, em grande medida, o alcance destes objectivos, o Executivo, através do Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 2018-2022) e com base no Programa 1.2.6 — Intensificação de Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos estabelece a necessidade de dar maior impulso às acções da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. O Executivo Angolano assim o definiu porque o programa 1.2.6. do PDN emancipa os jovens e Adultos, através dos conhecimentos e das competências adquiridas que melhoram as suas vidas e permitem-lhes participarem no desenvolvimento do País de forma efectiva. É neste contexto que o Executivo Angolano assume a Alfabetização e a Educação de Adultos como fator preponderante para o desenvolvimento sustentável do país.

CONCEITO DE DÍVIDA PÚBLICA

Subjectivamente, a dívida pública pode ser definida como a dívida do Estado. Enquanto Objectivamente, a dívida pública são as obrigações financeiras em que incorre o Estado quando, em um dado exercício fiscal, as receitas são insuficientes para cobrir as despesas públicas. Esta definição se desdobra em dois conceitos, um de fluxo e outro de estoque, ao qual correspondem, respectivamente, a dívida pública nova e a dívida pública total, Blucher (2016, p.8).

Quanto ao tipo de dívida pública, o critério distintivo mais frequente diz respeito ao local de emissão da dívida pública, que permitirá classificá-la como interna ou externa. A reestruturação da dívida soberana depende, porém, de outras noções relevantes, que exigem defini-la com relação aos credores (se outros entes soberanos ou credores privados) e quanto às garantias (se presentes ou ausentes).

A ESSÊNCIA DO PLANO DE AÇÃO PARA A INTENSIFICAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Plano de Acção para a Intensificação da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos — Plano EJA-Angola 2019-2022, aprovado através do DECRETO PRESIDENCIAL 257/19, de 12 de Agosto, surge para a implementação das políticas do Executivo para o desenvolvimento económico-social, nas quais o combate ao analfabetismo e a redução do atraso escolar, entre a população jovem e adulta, constitui um dos grandes pilares. Este constitui o instrumento para a operacionalização das Políticas e Estratégias do Executivo, para o alcance dos objectivos e metas previstas no PDN 2018-2022, alinhados com os compromissos regionais, africanos e mundiais, assumidos pelo Estado Angolano, nomeadamente: Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, da SADC; a Declaração Mundial da educação para todos, a Agenda — África 2063, da União Africana; Agenda — 2030 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas.

O plano EJA-Angola trata-se do principal instrumento normativo com as medidas políticas, estratégias e ações a serem desenvolvidas no país. O Ministério da Educação de Angola, (MED) através da Direcção Nacional de Educação de Jovens e Adultos, tem a responsabilidade de coordenar com demais

instituições do Estado e da sociedade civil, a sua materialização em todo o território nacional, MED, (2019, p.32).

Para o efeito, foram definidos projectos e as respectivas acções, bem como as medidas de política a serem desenvolvidas. Foram ainda definidas as metas que se pretende alcançar com a implementação dos projectos, o público-alvo, os principais intervenientes no processo, os recursos necessários e os resultados esperados no período em causa. As acções a serem desenvolvidas na presente Estratégia de Acção resultam da avaliação do Plano Estratégico de Revitalização da Alfabetização-PERA 2012-2017 e do diagnóstico efectuado sobre a situação actual do Processo da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ANGOLA

O aumento de oportunidades educativas observado em Angola, após a conquista da Paz em Abril de 2002, propiciou o aumento significativo dos índices de escolarização da população. Este aumento conduziu à superação da situação de desvantagem em que se encontrava durante o conflito político-militar. No ano de 2000, a taxa de analfabetismo em Angola encontrava-se acima dos 50%. Em 2014, de acordo com dados do Censo Populacional efectuado nesse mesmo ano, a taxa geral de analfabetismo baixou significativamente para 34%, (E.P. I SÉRIE – N.º 103 – DE 12 DE AGOSTO DE 2019 5041).

De acordo com a Direcção Nacional de Educação de Jovens e Adultos (2019, p.4), o país precisa de redobrar esforços para retirar da lista de pessoas iletradas cerca de quatro milhões de jovens e adultos com pouca ou sem alguma habilidade de leitura e escrita.

A mesma Direcção advogou que, o Executivo angolano está a desenvolver um intenso programa para aumentar a taxa de literacia em adultos maiores de 14 anos, o que permitiria sair dos actuais 82,8 % de alfabetizados para os 92% em 2020. Facto que foi desacelerado, com a suspensão das actividades lectivas da educação de jovens e adultos, em consequência da avultada dívida pública que até ao presente momento figura na lista de um desafio. O cumprimento dessa meta vai originar que haja uma baixa dos índices de iletrados para 17%, numa altura em que o Executivo pretende, igualmente, reduzir o índice de alunos com atraso escolar no ensino primário, de 27% para 17,6%, em 2022, e no secundário de adultos e, consequentemente recuperação do atraso escolar, de 42% para 28,8%.

Na população adulta mais jovem, isto é, da população dos 15 aos 24 anos de idade, a taxa de analfabetismo é ainda mais baixa, situando-se nos 24%. Em 19 anos, Angola multiplicou por 3,6 o número de efectivos no Sistema Nacional de Educação anterior ao Subsistema de Educação do Ensino Superior ao passar de 2,5 milhões de alunos em 2002 para 9,9 milhões em 2019. Os índices de analfabetismo absoluto regrediram significativamente no transcorrer do período pós-conflito (2019, p.2).

Quando se evolui de um nível de ensino para o outro, isto é, do Ensino Primário para o Ensino Secundário, as assimetrias no acesso são mais acentuadas. Esta assimetria é mais acentuada quando se compara o meio urbano com o meio rural. Este cenário de base equivale dizer, traduzido em números, que: Dos 100 alunos no meio urbano que ingressam no Ensino Primário só cerca de 70% é que conclui a 6.ª Classe; Para o meio rural esse indicador ainda é mais preocupante, porquanto dos 100 alunos só cerca de 50% é que concluem a 6.ª Classe. Quando nos reportamos ao I Ciclo do Ensino Secundário, o cenário difere pouco: No meio urbano, dos 100% que se candidatam ao II Ciclo menos de 60% tem possibilidades de ingresso; No meio rural, as estimativas por defeito apontam que dos 100% menos de 30% tem possibilidades de ingresso, Mbiqui (2020, p.120).

Agravada a esta situação, juntam-se as consideráveis taxas de desistência ou abandono escolar, quer para o meio urbano quer para o meio rural. Essa realidade sócio-educativa ilustra basicamente o quanto é preocupante a eficácia do Ensino Regular, cujas consequências directas recaem para o Subsistema de Educação de Adultos, o que pressupõe dizer que urge sanear e estabilizar o Ensino Regular para deixar de ser fonte de alimentação da Alfabetização e Educação de Adultos. Consequentemente, a desagregação das estatísticas por faixas etárias permite verificar que a elevação das taxas de alfabetização está directamente relacionada com os grupos etários mais jovens. Pois, as evidências apontam para a urgência e a necessidade da democratização das oportunidades educativas na primeira infância e na adolescência. Assim o é porque esses mesmos dados oferecem indícios de que os índices de permanência e progressão na educação básica pública e os seus resultados qualitativos contribuem para a existência de um contingente de cidadãos analfabetos ou subescolarizados, pois apenas um terço da população jovem e adulta concluiu os nove anos de escolaridade obrigatória e, mesmo entre os adultos jovens, o percentual daqueles que seguiram mais de três anos de estudos continua a ser reduzido, particularmente no meio rural, (RELATÓRIO DO CENSO POPULACIONAL E HABITAÇÃO, 2014, p.22).

Dentre os factores de produção social do analfabetismo mediados pelo Sistema Educativo devem ser considerados primeiramente o acesso e a permanência na escola durante a infância e a adolescência que hoje ainda não estão assegurados a parcelas expressivas da população, com um diferencial negativo para as meninas, bem como os elevados índices de reprovação, evasão e reingresso no Sistema Educativo, que resultam em acentuada desfasagem na relação idade/classe ideal. Sobre este assunto, também se observa um diferencial negativo para os estudantes do sexo feminino. Esta situação, aliada aos cerca de 4.676.900 de angolanos ainda na condição de iletrados, conduz para a necessidade de uma pronta intervenção, não só ao nível da Educação de Adultos, assim como e principalmente ao nível da Educação.

Segundo o Decreto Presidencial n.º 86/12, de 16 de Maio, espera-se que através deste plano perspectiva-se responder aos vários desafios da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos. Por esta razão se considera que a estratégia passa essencialmente pela Reactivação da Comissão Nacional da Alfabetização, que coordenará o processo de implementação das medidas e políticas definidas. O grande diferencial está no facto de que no âmbito das competências transferidas para os Órgãos da Administração Local, caberá a cada Governo Provincial e sucessivamente a cada Administração Municipal, elaborar o seu Plano Operativo para a Intensificação da Alfabetização e Educação de Adultos, tendo em conta o estabelecido no presente Plano, e na base do Balanço da Implementação do Plano Estratégico de Revitalização da Alfabetização — PERA 2012-2017.

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ATRASO ESCOLAR NO KIMBELE

O Município de Kimbele, tem por ano mais de **2000** alunos fora do sistema de ensino no ensino regular;

Um número equivalente a **832** alunos, estudam na vizinha República Democrática do Congo, com um sistema curricular diferente de Angola;

Cerca de **1.290** com atraso escolar; Facto que continua a preocupar as autoridades locais, na busca de soluções conducentes à mudança do cenário actual nos próximos tempos, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO KIMBELE 2020/2021.

INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO KIMBELE

A dívida pública no Kimbele, resume-se na tabela abaixo:

MUNICÍPIO	Nº DE ALFABETIZADORES	ANOS DE DÍVIDA PÚBLICA				TOTAL
		2015	2016	2017	2018	
KIMBELE	85	8.500.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00	34.000.000,00

Fonte : elaborado pelo autor, Mapa financeiro da dívida pública do Gabinete Provincial da Educação do Uíge, 2016-2020.

ANÁLISE DO IMPACTO DA DÍVIDA PÚBLICA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE INTENSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DO KIMBELE

De acordo com o Gabinete Provincial da Educação do Uíge (2019, p.3) o período de implementação do mencionado Plano de acção para intensificação da educação de Jovens E Adultos, foi definido de 2019 à 2022.

Os dados da tabela acima, revelam que a dívida pública em causa, refere-se para os serviços de pagamento dos subsídios dos alfabetizadores.

Cada um, é subsidiado com o valor de **10.000,00** mês e em cada ano, o período letivo tem a duração de dez meses:

A dívida pública visualizada na tabela é de **34.000.000,00** (trinta e quatro milhões de kuanzas), só para o Município de Kimbele, correspondente ao período de 2015 à 2018, conforme ilustra a tabela, Gabinete Provincial da Educação do Uíge (2019, p.5).

Portanto, o plano nacional de intensificação da educação de jovens e adultos, aprovado através do Decreto Presidencial 257/19, de 12 de Agosto, prevê a subida dos subsídios dos alfabetizadores, de 10.000,00 para 20.000,00.

Em função da avultada dívida pública dos anos anteriores, conforme a tabela, o Estado entendeu suspender temporariamente os contratos com os alfabetizadores no país. Deixando apenas os voluntários. Facto que deixou milhares de crianças, jovens e adultos em processo de recuperação do atraso escolar sem aulas, aumentando assim, o número de crianças sem atendimento escolarizado e por conseguinte aumentar a taxa de analfabetismo literal e funcional, Gabinete Provincial da Educação do Uíge (2019, p.4).

Isso implica que, a dívida pública teve um grande impacto negativo na implementação do Plano De Acção Para Intensificação Da Educação De Jovens E Adultos no Município de Kimbele, do período em análise até a data da produção deste estudo.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DO KIMBELE

- Recuperar do atraso escolar cerca de 1.290 alunos;
- Necessidade de gerar acesso ao ensino dos mais de 2000 alunos que se encontram fora do sistema por ano Município de Kimbele;
- Absorver os cerca de 832 alunos que estudam República Democrática do Congo (RDC);
- Retomar o processo de escolarização dos mais de 1500 alunos que viram as suas aulas paralisadas em consequência da dívida pública com os alfabetizadores;
- Continuar a recrutar alfabetizadores voluntários;

Estes e outros desafios, podem constituir-se em reforços do aumento da taxa de analfabetismo, tanto literal quanto funcional no Município de Kimbele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Acção para a Intensificação da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos-Plano EJA-Angola 2019- -2022, aprovado através do DECRETO PRESIDENCIAL 257/19, de 12 de Agosto, surge para a implementação das políticas do Executivo para o desenvolvimento económico-social, nas quais o combate ao analfabetismo e a redução do atraso escolar, entre a população jovem e adulta, constitui um dos grandes pilares. Este constitui o instrumento para a operacionalização das Políticas e Estratégias do Executivo, para o alcance dos objectivos e metas previstas no PDN 2018-2022, alinhados com os compromissos regionais, africanos e mundiais, assumidos pelo Estado Angolano, nomeadamente: Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral(SADC) ; Agenda — África 2063, da União Africana; Agenda — 2030 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas. Entretanto, para o Município de Kimbele, grandes desafios se impõem, em consequência de haver necessidade de Recuperar do atraso escolar cerca de 1.290 alunos; gerar acesso ao ensino dos mais de 2000 alunos que se encontram fora do sistema por ano, no Município de Kimbele; absorver os cerca de 832 alunos que estudam RDC e retomar o processo de escolarização dos mais de 1500 alunos que viram as suas aulas paralisadas em consequência da dívida pública com os alfabetizadores;

Em função da avultada dívida pública dos anos anteriores, conforme a tabela, o Estado entendeu suspender temporariamente os contratos com os alfabetizadores no país. Isso implica que, a dívida pública teve um grande impacto negativo na implementação do Plano De Acção Para Intensificação Da Educação De Jovens E Adultos no Município de Kimbele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, J. J. S. Educação segundo Paulo Freire: Primeira Análise Filosófica, Theoria. **Revista Eletrônica de Filosofia**, vol. 2: 42-56, 2015, Disponível em: <https://www.theoria.com.br/edicao>. Acesso em 20 out. 2021.
- DIREÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Relatório do Estado Actual de Educação de Jovens e Adultos em Angola**. Luanda. 2021.
- GABINETE PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO UÍGE . **Indicadores da Qualidade de Educação de Adultos e Jovens no Uíge**. Uíge. 2019.
- INIDE. **Currículo do Ensino Primário**. 3ª ed. Luanda: Moderna, 2013
- Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 17/16 de 7 de Outubro de 2016. Diário da República I Série nº 170.
- MBIQUI, M. V. **A Prática Pedagógica na Formação do Professor Primário: Um Estudo no Magistério Primário de Luanda**. Luanda: Edição do Autor. 2020.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anuários estatísticos**. Luanda: Moderna, 2015.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Estratégias Integradas para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)**. Luanda: Ngila. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Revisão Curricular (Resultados do Inquérito Nacional sobre a Adequação Curricular em Angola 2018-2025)**. Luanda: Moderna, 2019.

Plano de Acção para Intensificação da educação de jovens e adultos. Decreto Presidencial 257/19, de 12 de Agosto. Luanda. 2019.

Plano Estratégico de Revitalização da Alfabetização — PERA. 2012 Sustentado pelo Decreto Presidencial n.º 86/12, de 16 de Maio. Luanda.

Relatórios da Direcção Municipal de Kimbele. Kimbele: Edição do Autor. 2015.

Relatório do Gabinete Provincial da educação do Uíge. Uíge: Edição do Autor, 2019.

UNICEF. **Qualidade com equidade na educação**. Luanda, 2021. Disponível em: <http://www.google.com>. Acesso em 21 out. 2021.

Relatório do Censo Populacional e Habitação. 2014.

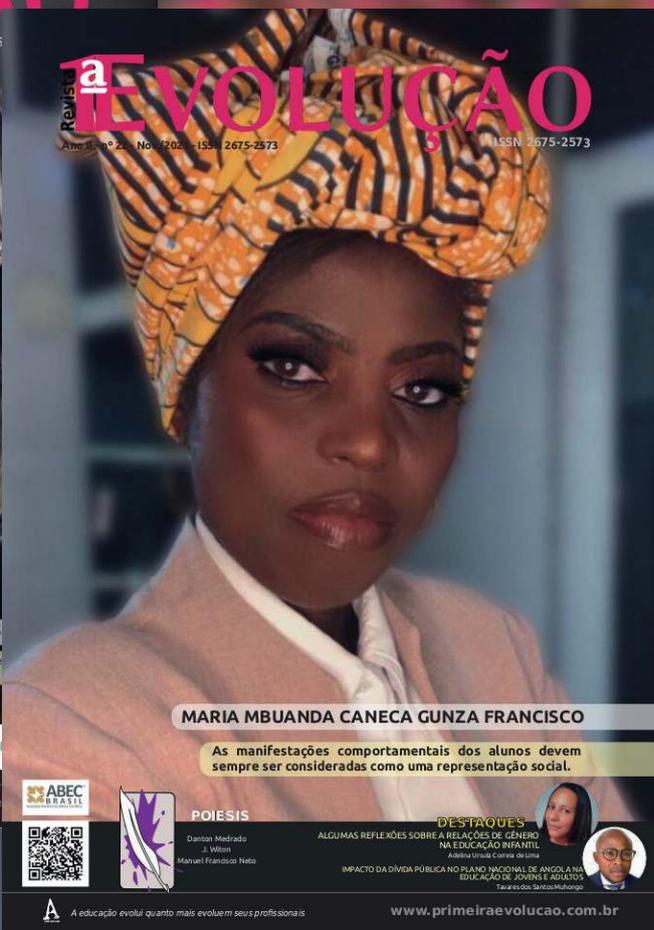
DÍVIDA PÚBLICA: CONCEITO, TIPOS E NATUREZA JURÍDICA; <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf>



Tavares dos Santos Muhongo

Natural do Uíge. Mestrando em Administração Educacional, no Instituto Superior de Ciências da educação, ISCED-Luanda. Pós graduação em Avaliação Educacional em Larga Escala, pela Universidade Federal Juíz de Fora do Brasil. Licenciatura em Ciências da Educação, no Instituto Superior de Ciências da Educação - ISCED/Uíge. Professor e atualmente exerce funções públicas, ao cargo de Chefe do Departamento de Educação e Ensino, do Gabinete Provincial da Educação do Uíge. Ponto focal do Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação, pela Província do Uíge.

EVOLUÇÃO



ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adelina Ursula Correia de Lima
- Cristiana Ferreira de Sousa Neves
- Elida Eunice da Silva
- Izilda Marques Bastos Trindade
- Luzerlila Perestrelo Valente
- Maria Celeste dos Viveiros Capongcol Vitangui
- Rosemeire Santos de Deus Lopes
- Tavares dos Santos Muhongo
- Vanda de Lima Rodrigues
- Vilma Maria da Silva



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.22>

www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

Associação Brasileira de Editores Científicos